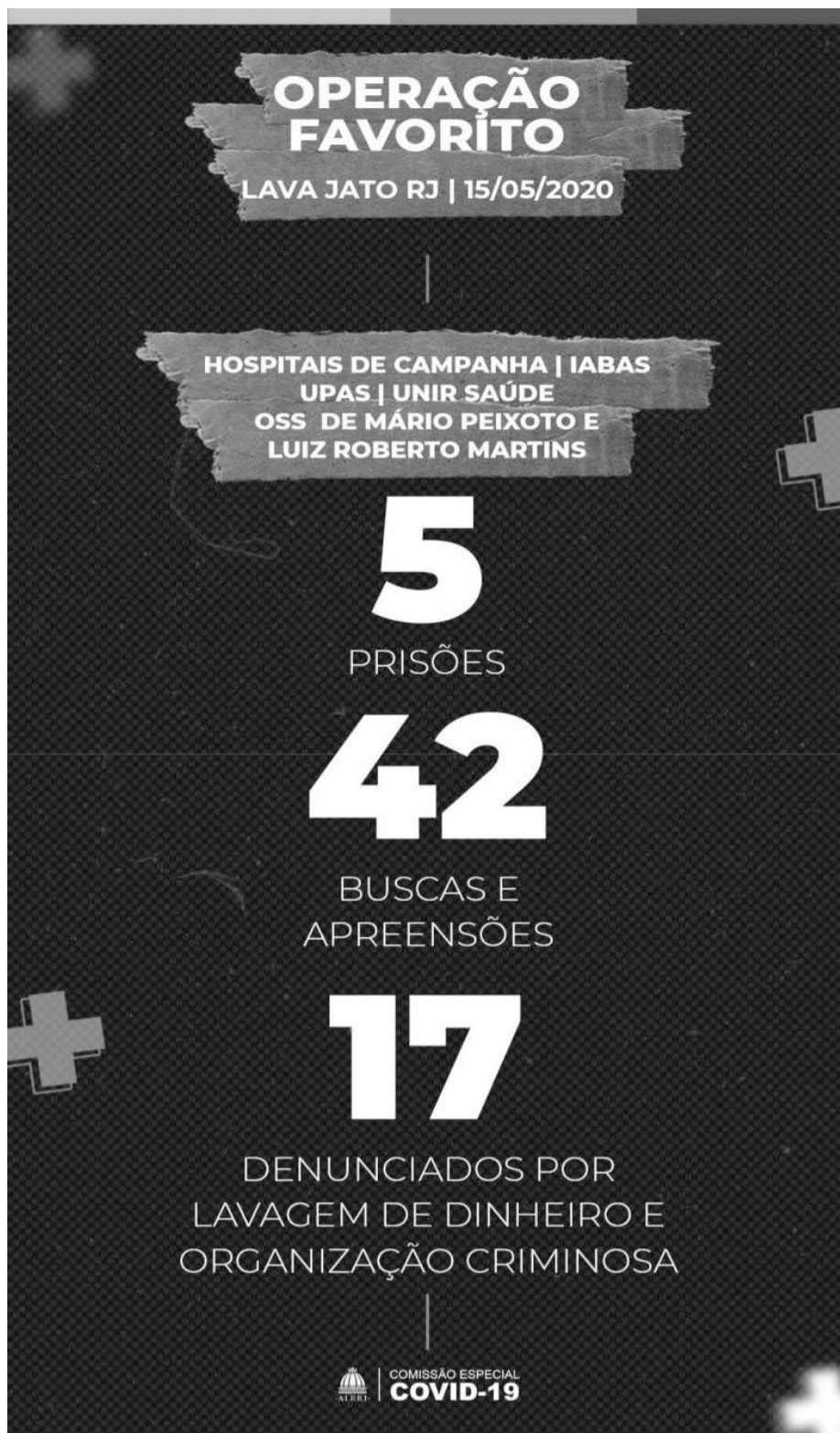


ii. Operação Favorito



A Operação Favorito, do MPF e da PF, uma nova etapa da Lava-Jato no Rio, foi desencadeada no dia 14 de maio de 2020. Ela apura desvios em contratos na área da saúde envolvendo organizações sociais e prendeu cinco pessoas. Entre elas, o ex-presidente da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) Paulo Melo e o empresário MÁRIO PEIXOTO¹¹⁰, principal alvo da operação. Foram expedidos 42 mandados de busca e apreensão em 38 endereços, 11 intimações para prestar depoimento e apreendidos 1,5 milhão de reais na casa de LUIZ ROBERTO MARTINS, operador de MÁRIO PEIXOTO.

De acordo com o MPF, o grupo do empresário Mário Peixoto buscou usar a pandemia do novo coronavírus para expandir seus negócios. Os procuradores dizem que foram encontrados indícios da movimentação da organização criminosa em relação a contratos para a instalação de hospitais de campanha.

A operação policial contra o grupo estava em curso desde o fim de fevereiro, mas a força-tarefa constatou indícios de que o grupo tentaria justamente lucrar com a pandemia do coronavírus, ampliando os prejuízos aos cofres públicos. Os investigadores apuraram que o grupo se preparava para interferir nos contratos firmados pela Organização Social IABAS com o governo para implantar sete hospitais de campanha, que o estado prometeu para tratar as vítimas do Covid-19. Os alvos seriam as unidades montadas pelo estado (com dinheiro público) no Maracanã, São Gonçalo, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Campos e Casimiro de Abreu. Foram encontradas planilhas de custos que detalham como os R\$ 876,4 milhões seriam empregados em equipamentos, obras físicas e pessoal em e-mails de dois integrantes do esquema de Mário Peixoto.

Segundo a Polícia Federal, o nome da operação tem relação com o tempo de relacionamento do empresário Mário Peixoto com a administração pública: "pelo menos 10 anos sendo o 'favorito'".

A organização criminosa comandada por MÁRIO PEIXOTO teria desviado recursos da saúde, em conluio e/ou mediante pagamento de propina a conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, deputados estaduais e outros servidores e agentes públicos para manter contratos com o governo do Estado do Rio de Janeiro, seja por intermédio de empresas ou de Organizações Sociais, principalmente da área de Saúde."

"Segundo a inicial do Ministério Público Federal apresentada ao juiz Marcelo Bretas, o esquema envolveria mais de 100 pessoas e empresas de acordo com as investigações da PF. Entre as OSs suspeitas de participar do esquema estão: Instituto Unir Saúde, Inpcos e Associação de Saúde Social Humanizada e o Instituto Data Rio de Administração Pública (IDR)."

A operação também prendeu o empresário **LUIZ ROBERTO MARTINS** e esbarrou no **Instituto UNIR SAÚDE**. Esta organização social, que administrou nove UPAS no Rio e na Baixada, chegou a ser desqualificada pelo governo do Estado por irregularidades no fim do ano passado. A empresa entrou com recurso e ela foi reabilitada em março por decisão do governador Wilson Witzel. LUIZ ROBERTO MARTINS, operador de Mário Peixoto, que também foi preso, disse em um grampo telefônico ter pago propina a um agente público não identificado para reabilitar a empresa.

Segundo a Polícia Federal, o nome da operação tem relação com o tempo de relacionamento do empresário Mário Peixoto com a administração pública: "pelo menos 10 anos sendo o 'favorito'".

A organização criminosa comandada por MÁRIO PEIXOTO teria desviado recursos da saúde, em conluio e/ou mediante pagamento de propina a conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, deputados estaduais e outros servidores e agentes públicos para manter contratos com o governo do Estado do Rio de Janeiro, seja por intermédio de empresas ou de Organizações Sociais, principalmente da área de Saúde."

"Segundo a inicial do Ministério Público Federal apresentada ao juiz Marcelo Bretas, o esquema envolveria mais de 100 pessoas e empresas de acordo com as investigações da PF. Entre as OSs suspeitas de participar do esquema estão: Instituto Unir Saúde, Inpcos e Associação de Saúde Social Humanizada e o Instituto Data Rio de Administração Pública (IDR)."

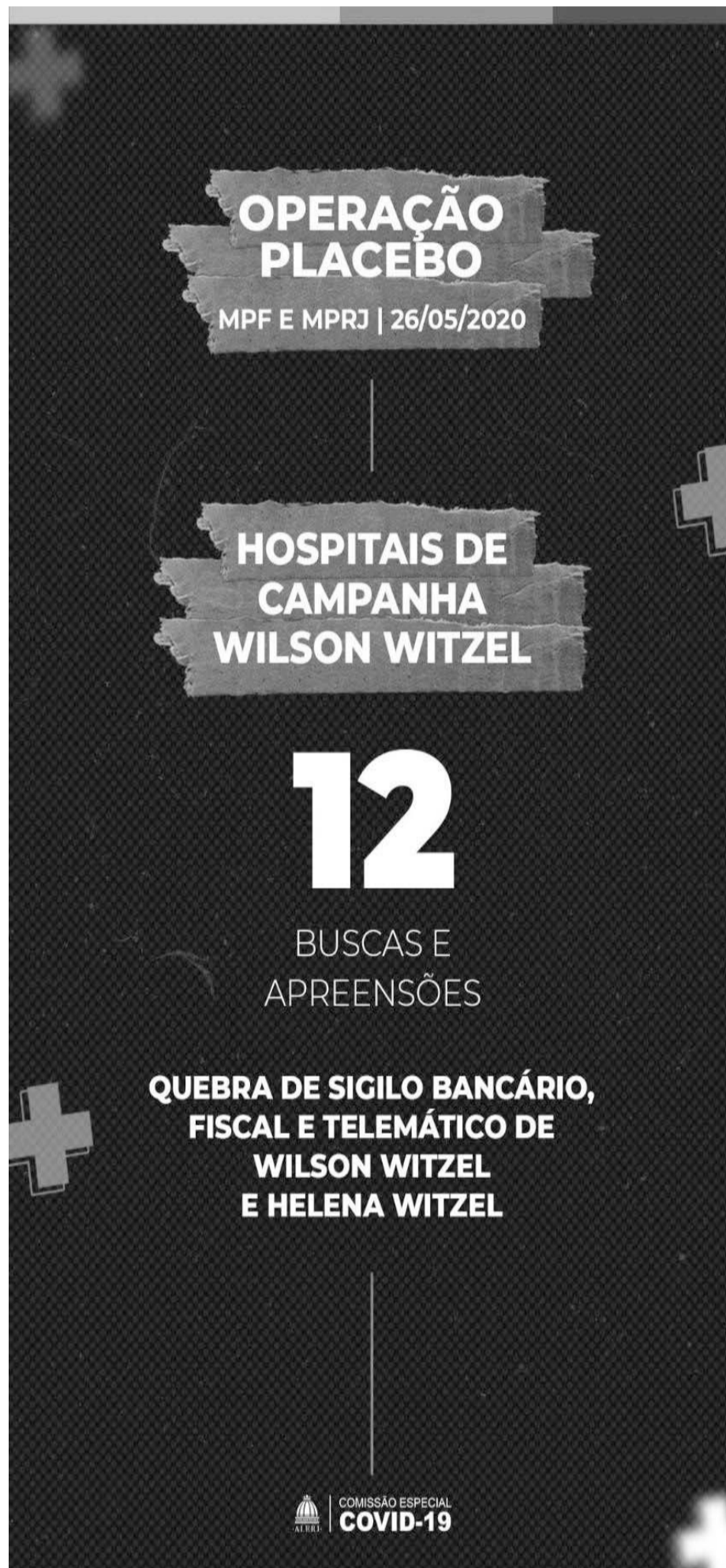
A operação também prendeu o empresário **LUIZ ROBERTO MARTINS** e esbarrou no **Instituto UNIR SAÚDE**. Esta organização social, que administrou nove UPAS no Rio e na Baixada, chegou a ser desqualificada pelo governo do Estado por irregularidades no fim do ano passado. A empresa entrou com recurso e ela foi reabilitada em março por decisão do governador Wilson Witzel. LUIZ ROBERTO MARTINS, operador de Mário Peixoto, que também foi preso, disse em um grampo telefônico ter pago propina a um agente público não identificado para reabilitar a empresa.

Pereira da Silva, Matheus Ramos Mendes, Marcos Guilherme Rodrigues Borges, Fábio Cardoso do Nascimento, Andreia Cardoso do Nascimento.

Os danos superam o valor de R\$ 500 milhões oriundos dos cofres públicos do Estado do Rio e prefeituras fluminenses. Além de Peixoto, apontado como o chefe da organização criminosa, os demais foram denunciados pelos crimes de lavagem de dinheiro, integrar organização criminosa e por obstrução à investigação.

Foi a partir das investigações da força-tarefa da Lava Jato que se descobriu que o escritório de **HELENA WITZEL**, mulher do governador Wilson Witzel, teria contrato de advocacia com a empresa **DPAD Serviços Diagnósticos Limitada**, que possui como sócios Alessandro de Araújo Duarte e Juan Elias Neves de Paula. Os dois fazem parte do rol dos 17 denunciados pelo MPF. Alessandro Duarte é apontado como operador do empresário Mário Peixoto, segundo as investigações.

iii. Operação Placebo



A partir da troca compartilhada de informações entre o MPF e o Ministério Público do Rio (MPRJ), nasceu a Operação Placebo, deflagrada em 26 de maio de 2020. Ela é derivada da Operação Favorito e investiga os desvios de dinheiro público destinado à montagem dos hospitais de campanha do estado para o tratamento da Covid-19.

Buscas e apreensões aconteceram na sede do Instituto de Atenção Básica e Avançada à Saúde (IABAS), em busca de documentos ligados às suspeitas de desvios para a construção dos hospitais de campanha.

A Operação Placebo chegou nos seguintes alvos principais: o governador Wilson Witzel, na primeira dama Helena Witzel e o ex-secretário estadual de Saúde Edmar Santos. As buscas aconteceram nas residências e nos endereços comerciais, tanto nas sedes do governo do estado do Rio de Janeiro, quanto no escritório de advocacia de Helena Witzel.

Doze mandados de busca e apreensão foram cumpridos. Houve novas diligências também na residência do ex-subsecretário de Saúde Gabriell Neves, preso na Operação Mercadores do Caos, em 7 de maio.

Os indícios de envolvimento num suposto esquema desencadearam a instalação da Comissão de Impeachment pela Alerj naquela semana.

Em 28 de agosto de 2020, cerca de três meses depois da Operação Placebo, Witzel foi afastado, e o procurador da República Eduardo El Hage afirmou que as raízes das ações do Ministério Público Federal contra o governador Wilson Witzel, estavam na Operação Placebo:

"Fizemos busca e apreensão durante a Operação Placebo. Foi feita uma busca no palácio e, a partir dela, com quebra de sigilo fiscal, bancário, telemático e informações do Coaf, conseguimos congregamos e juntar uma quantidade de provas muito extensa em desfavor do governador Wilson Witzel. (...) Foram encontrados, inclusive, e-mails que ele enviou de contratos do escritório da primeira-dama e pessoas que são citadas por um colaborador que surgiu após a Operação Placebo".